

Opinião

A União Europeia entre os blocos continentais

Por Pedro de Souza



As eleições na Alemanha não nos trouxeram a última derrota da social-democracia europeia. Na Itália, o Partido Democrata, que aglutina tudo o que resta da esquerda italiana, sofreu igualmente uma ampla derrota nas eleições legislativas de março. Mas essa derrota não foi apenas a da social-democracia, o centro direita de Berlusconi teve o mesmo destino. A Itália caiu nas mãos da Lega do Norte, de extrema direita, e dos populistas do Movimento 5 Estrelas, que são uma incógnita. O país continua ingovernável, dando mais um sinal do sismo por que passa o panorama político na Europa. E a democracia.

Uma outra crise, de proporções talvez ainda mais inquietantes, é a que se desenrola na Espanha. O governo Rajoy e os independentistas radicais catalães entraram numa guerra para a qual não se adivinham tréguas. O envolvimento da justiça numa questão que é por essência política é, como bem se sabe no Brasil, parte do problema, não da solução. É fácil fazer intervir a justiça em querelas políticas, difícil é afastá-la depois, sem pôr em causa todo o edifício institucional. Na Espanha temos, de um lado, um governo minoritário dirigido por um partido minado pela corrupção, a quem convém - a qualquer preço - o papel de defensor das instituições, defendidas legitimamente pela maioria do povo espanhol. Do outro, uma nebu-

losa política com uma maioria também de perna curta, reivindicando o desligamento da Espanha a qualquer preço. A primeira vítima dos dois extremos será, provavelmente, a democracia, impotente diante de tanta falta de lucidez, num país onde as sementes do fascismo ainda são férteis.

Iñigo Errejón, ex-número dois de “Podemos”, o movimento espanhol “populista de esquerda” - perdeu a vez porque defendeu uma colaboração com o PSOE -, declarou em recente entrevista que na Europa de hoje os partidos populistas não são mais a exceção, mas a regra. Na Alemanha, dada à incapacidade de Merkel em construir uma maioria com os liberais e os verdes, o partido social-democrata não pôde resistir à necessidade de voltar à grande aliança com a CDU, o centro-direita. O filósofo Jürgen Habermas, tradicionalmente próximo da social-democracia alemã, lamentou, porém, que “o próximo governo alemão vai se inscrever (...) na continuidade da política de austeridade praticada pelos seus predecessores”, mesmo com um social-democrata no comando das finanças. Mário Centeno, o ministro das Finanças português, nomeado presidente do Eurogrupo, terá de conciliar linhas divergentes de política económica, entre a austeridade alemã, o liberalismo da Europa do Norte, e o seu bem-sucedido keynesianismo em Portugal, reclamado pelos países mediterrânicos da UE.

A União Europeia continua, como se vê, emitindo sinais contraditórios, os analistas ficando na situação dos técnicos no solo de uma nave espacial que perdeu o rumo, tentando definir se ela vai se esfacular contra algum planeta, ou se será ainda possível colocá-la num trajeto que dê sinais de alguma espécie de racionalidade.

O primeiro sinal positivo poderia ser o fato de que finalmente a Alemanha tem um governo. Logo que se reinstalou na cadeira de chanceler, Angela Merkel tomou o avião para Paris para discutir com Emmanuel Macron, o presidente francês, as reformas a introduzir na União Europeia, de forma a superar, via uma série de projetos audazes, a austeridade financeira da direita alemã. Porém, mesmo que não duvidemos de que a França e a Alemanha tenham capacidade para, juntas, dar um impulso na boa direção à EU - implantando uma gestão por metas a alcançar e não por privilégios a proteger -, é legítimo duvidar da sua capacidade de levar avante mais do que uma pequena parte desses projetos, até porque os países do Norte da Europa já sinalizaram ser contrários a qualquer incremento da autoridade das instituições da União Europeia.

A imagem do continente europeu é ainda a de uma zona do planeta onde a riqueza anda de mãos dadas com uma ambição de justiça social, consubstancial à democracia. Ora se é certo que o sistema ainda se norteia, pelo menos em teoria, pelos princípios que a prosperidade do período que seguiu à segunda guerra mundial permitiu erigir, a verdade é que os povos europeus, e não só os do sul da Europa, mas também os da Europa tradicionalmente próspera, não estão mais certos de que o atual sistema funcione ainda em seu favor.

Não só se perdeu a confiança na expectativa de que os filhos viverão melhor do que os pais, como muitos dos alicerces do estilo de vida europeu parecem seriamente abalados, devido à globalização e suas consequências sociais, e também aos movimentos de emigração econômica e política, que se traduzem na “invasão” da Europa pelos emigrantes econômicos e pelos refugiados políticos do Oriente Médio.

Talvez não se trate de uma simplificação abusiva avançar que tanto os movimentos populistas de direita como de esquerda, nos vários países europeus, estejam dizendo aos governantes: nós estamos vivendo pior; Rússia, China e EUA se fecham em perigosos campos antagonistas, será que vamos continuar delegando a nossa soberania à União Europeia, uma construção elitista do capitalismo mundial, que não nos protege e não sabemos para onde nos leva? Não seria melhor nos fecharmos também nas nossas fronteiras nacionais e aderir ao campo com quem temos mais afinidades?

Não terá sido essa finalmente a mensagem do Brexit, mensagem de um povo muito cioso das suas tradições nacionais e da sua insularidade mais de uma vez vitoriosa? Mas o Brexit é precisamente o pior exemplo que se pode evocar. Isto mesmo excluindo do raciocínio a manipulação política de que foi objeto, via Facebook. Os defensores do Brexit pretendem recuperar a soberania e gozar de todas as vantagens do mercado único europeu. Ora os primórdios do acordo com a UE que o Reino Unido parece ter sido obrigado a aceitar nestes últimos dias indicam que as negociações se encaminham no sentido inverso: para salvaguardar o acesso ao mercado único, o Reino Unido vai ter de aceitar as mesmas limitações à soberania que observava no seio da UE, mas simultaneamente perder a influência política de que aí dispunha, sem ganhar nenhuma outra vantagem. Tudo isso contra o quê, se o desinteresse de Trump ou da Commonwealth pelas proclamadas afinidades históricas do Reino Unido é patente?

Tudo indica que a eleição de Trump não foi apenas uma vitória de um conservadorismo retrógrado, mas sobretudo uma clara manifestação de que no mundo de hoje há cada vez menos espaço para projetos de autonomia no âmbito de grupos de afinidades ideológicas, como o “Ocidente” ou os BRICS, mas apenas alinhamentos em zonas de interesses e de poder. Afinal, isso é uma consequência lógica da globalização do capitalismo, a economia funcionando como um “prolongamento da guerra por outros meios”.

Isso nos leva a acreditar que, se fechamento tiver de haver, se o apelo das nações europeias tiver de ser ouvido, ele só poderá se realizar a nível europeu e não a nível nacional. Essa contradição é difícil de aceitar, e está longe de ser consensual. Mas a verdade é que as nações europeias não podem prescindir do mercado único, onde estão já indissolivelmente interligadas.

Resta saber se a médio prazo, e dependendo do resultado da corrida das várias tendências contraditórias em jogo, teremos uma União Europeia fiel à suas raízes ou teremos um mercado único cooptado por um dos grandes blocos capitalistas, russo, chinês ou americano. Como se o capitalismo nos tivesse conduzido a uma nova guerra fria vinculada não mais a campos políticos, mas aos interesses econômicos de quatro ou cinco blocos continentais. ■

Pedro de Souza é pesquisador, editor e ex-superintendente executivo do Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento.